

# GRAMSCI, MOVIMENTOS SOCIAIS E CIBERESPAÇO: PELA ATENÇÃO AOS NOVOS AMBIENTES DE HEGEMONIA

## GRAMSCI, SOCIAL MOVEMENTS AND CYBERSPACE: REFLECTIONS ON NEW ENVIRONMENTS OF HEGEMONY

*Friedrich Maier<sup>1</sup>*

**Resumo:** o ciberespaço compreende um novo ambiente de sociabilidade humana, proporcionado pelos desenvolvimentos das tecnologias de informação e comunicação. As duas primeiras décadas do século XXI apresentam a expansão desse ambiente e, principalmente, da Internet, um de seus maiores componentes; junto com tal expansão presenciamos também sua crescente importância política, econômica e social. Justamente nesse ponto o artigo pretende mobilizar a teoria gramsciana para discutir como o ciberespaço, por ser um espaço da vida social, também está submetido às relações de hegemonia e é, portanto, um ambiente de luta política. Para tal discute-se sobre a dinâmica interna do mundo *cyber*, a presença de espaços de difusão da concepção de mundo das classes dirigentes, bem como dos espaços alternativos. A conclusão aponta para uma visão da Internet como elemento de grande importância para os movimentos sociais, na geração do sujeito coletivo e da vontade coletiva, aspectos centrais para a difusão de uma concepção do mundo pautada nas classes e grupos subalternos, a proposta do comunista sardo.

**Palavras-chave:** Internet. Redes Sociais. Ciberespaço. Gramsci. Movimentos Sociais.

**Abstract:** the developments in information and communication technologies generated cyberspace, a new environment of human sociability. In the two decades of the 21st century we witnessed the expansion of this environment, and especially of Internet, one of its major components; along with this expansion, we also see cyberspace's political, economic and social growing importance. It is precisely at this point that the paper aims to mobilize the Gramscian theory to discuss how cyberspace, as a space of social life, is also subject to hegemonic relations and, therefore, an environment of political struggle. Hence, we discuss the internal dynamics of the cyber world, the existence of diffusion spaces of ruling classes' world-conception, as well as alternative spaces. The conclusion points to the Internet as a tool of great importance for social movements, helping the generation of the collective subject and the collective will, central aspects to the diffusion of a world-conception based on subaltern classes and groups, the proposal of the Sardinian communist.

**Key words:** Internet. Social media. Cyberspace. Social Movements.

### INTRODUÇÃO

Procura-se oferecer neste trabalho uma contribuição nos debates sobre os movimentos sociais e o ciberespaço. Dada sua crescente importância econômica, social e política, o ciberespaço configura-se como um dos principais desafios científicos para as Ciências Sociais. Os impactos do novo ambiente nas diversas esferas da realidade social ainda não são plenamente compreendidos.

<sup>1</sup> Bacharel em Relações Internacionais pela UNESP/FFC – Marília e Mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição. E-mail: fmaier250@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-2695-4905>.



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

Partindo de uma perspectiva crítica, o texto evidenciará discussões pertinentes no debate sobre as ferramentas informacionais e seu potencial na luta por uma nova hegemonia. Para a proposta, é central a compreensão das tecnologias de informação e comunicação (TICs) como ferramentas cruciais no desenvolvimento dos movimentos sociais, dada sua crescente *influência subjetiva* no capitalismo contemporâneo. Da mesma forma, pondera-se claramente seus limites, derivados da sua *relação intrínseca* ao modo de produção capitalista.

Para tanto, o texto mobilizará a categoria gramsciana de hegemonia como uma ferramenta importante para lidar com essas questões. Compreender o ciberespaço como um ambiente de hegemonia é um primeiro passo para sua instrumentalização pelos movimentos sociais, pois permite discernir entre os ambientes que propagam a hegemonia das classes dirigentes e, ao mesmo tempo, reconhecer espaços alternativos.

Nesse sentido, na primeira seção procede-se com uma breve discussão teórica acerca do ciberespaço e sua definição. Em seguida, a segunda seção traz, além de uma discussão sobre a categoria de hegemonia, uma breve discussão de exemplos de espaços de difusão da hegemonia dirigente no ciberespaço – o *software proprietário*, as *redes sociais* e as grandes corporações de notícias. A terceira seção complementa outra identificação, desta vez ponderando exemplos de espaços alternativos à hegemonia vigente – o *software livre* e as mídias alternativas. A seção de considerações finais refaz a argumentação, reapresentando a hipótese da importância da *complementaridade* entre o movimento do *software livre* e as *mídias alternativas*, como auxílio na persecução de uma nova hegemonia, pautada na experiência dos subalternos.

## A DINÂMICA DO MUNDO CYBER

O ciberespaço é aqui considerado em sua amplitude e, portanto, não se refere somente à esfera da Internet, apesar dessa ser sua maior componente. Além da navegação pela *web*, considera-se o ciberespaço compreendendo todas as conexões entre aparelhos de processamento eletrônico, em redes locais (intranets) ou internacionais (Internet) cuja função é a criação, transmissão e processamento de informação. Sendo assim, pertencem a esse novo ambiente tanto os computadores, quanto os controladores de tráfego aéreo, os aparelhos de controle e processamento industrial, bem como televisores e *smartphones*, entre outros<sup>2</sup>.

Uma visão inicial mais ampla do ciberespaço é importante pois demonstra claramente sua ubiquidade no mundo contemporâneo, cuja dependência entre o mundo material e o virtual é crescente (NYE JR, 2010). Porém, resta esclarecer,

<sup>2</sup> Há grande volume de literatura discutindo o conceito de ciberespaço. Para mais definições e perspectivas, ver: NYE JR, 2010; MANJIKIAN, 2010; KUEHL, 2009; MAYANS, 2002; CHOUCRI, 2012.

ubiquidade não significa igualdade; este é um ambiente desigual, assim como o sistema econômico no qual se desenvolveu, e, portanto, apresenta diversas temporalidades ao redor do globo. Tais temporalidades manifestam-se tanto em perspectiva internacional, quanto nacional, regional e entre as classes.

A popularização da Internet, e do ambiente do ciberespaço, acontece a partir dos anos 1990, como uma plataforma política estadunidense, cuja “rede das redes” propagaria, junto com novas formas de comunicação e acesso à informação, as liberdades de expressão e de mercado (*e-commerce*) (KIGGINS, 2014). Desde então, a expansão do acesso à internet foi “explosiva”. Se em 1995 tínhamos 16 milhões de usuários, nos anos 2000 eram 361 milhões. A invenção de um novo produto, o *smartphone*, em 2007, apenas daria toque de tambor aos números: em junho de 2019, 4,4 bilhões de pessoas usaram a Internet<sup>3</sup>, o principal componente do ciberespaço.

Dentro do campo das Ciências Sociais, autores tentaram demonstrar como as novas tecnologias alterariam formas de socialização. Apesar de retóricas apologéticas, com um mundo cibernético que traria uma nova era, repleta de liberdade e solidariedade internacionais (esquecendo-se completamente que tal ambiente fora gestado e disseminado dentro do capitalismo, ver: FERRARI, 2007), destacam-se autores como Lévy (1996, 1999) cujas visões do novo ambiente (ainda na década de 1990) marcariam profundamente os posteriores estudos sobre o tema. É o caso da instigante tese, proposta por esse autor, da virtualização como característica do próprio desenvolvimento humano: as imagens pictóricas e a linguagem representariam apenas primeiros passos de um processo cujo estágio atual é a cibernética, pautada na cinemática (e hoje em experiências ainda mais profundas, como a realidade virtual), cuja centralidade encontra-se no significado, no sentido<sup>4</sup>.

Apesar de argutas análises, Lévy não tinha em mente a explosão de utilização da Internet que o *smartphone* traria, a partir de 2007. Em 2016 o acesso à internet está presente em 54% das casas brasileiras<sup>5</sup>. Os jovens brasileiros que têm acesso à Internet

<sup>3</sup> Dados disponíveis em: <<https://www.internetworldstats.com/stats.htm>>. Acesso em: 17 de jul. 2019.

<sup>4</sup> Apesar de se encontrar em Lévy uma grande contribuição para a compreensão do virtual enquanto ambiente do real (e não numa oposição), consideração que reflete os desenvolvimentos mais recentes na ciência da linguagem e cognição, o texto não compartilha de suas perspectivas ingênuas a respeito das tendências democráticas que as TICs carregam por si mesmas. Sem a alteração das relações sociais de produção não é possível, na perspectiva aqui adotada, que tais tecnologias sejam capazes de conduzir à emancipação humana, como Lévy defende (COELHO, 2001). Tal posicionamento encontra ressonância em *A dialética do ciberespaço*, no qual Alves (2002) demonstra, de forma ensaística, que a sociedade capitalista é um invólucro incapaz de permitir o máximo dos efeitos positivos que as TICs trazem, portanto, a plena participação e acesso à “inteligência coletiva” só é possível com alterações profundas nas relações de produção. Como um exemplo, Silva (2014) discute como o Google e sua atual estratégia de expansão para outros nichos de mercado, formando um monopólio informacional, pode minar as considerações de Lévy sobre a inteligência coletiva, ao exercer grande controle sobre a informação disponível globalmente.

<sup>5</sup> Dados disponíveis em <<http://cetic.br/pesquisa/domicilios/>>. O que demonstra a clara desigualdade no acesso à Internet: enquanto a porcentagem de penetração da internet nas “classes de consumo” ditas “A” e “B” é de 98% e 91% respectivamente, as “classes de consumo” “D” e “E”, tomadas em conjunto, somam apenas 23%. Desigualdade que se manifesta em níveis regionais: o Sudeste brasileiro apresenta 64% de penetração domiciliar da Internet, enquanto Norte e Nordeste possuem 46% e 40% respectivamente. Entretanto, políticas de “inclusão digital” garantiram que, em 2016, 84% das crianças e adolescentes brasileiras

passam em média 190 minutos por dia surfando nela fora da escola, aos finais de semana o número é maior: 209 minutos (FERREIRA, 2017). Adicionado ao tempo em frente à televisores, seja assistindo aos tradicionais canais de televisão, seja na crescente popularização das plataformas de *streaming*, observa-se claramente a importância que o ciberespaço tem na formação dos seres humanos contemporâneos.

Dado o caráter recente do fenômeno, estudos empíricos sobre os impactos dessa “hiperexposição” aos ambientes de virtualização na formação humana ainda não são amplos. Porém, questões como o vício em jogos eletrônicos e redes sociais dão indicativos de uma problemática muito mais ampla do que aquela referente ao simples acesso à internet, cerne das principais discussões da área. Nossos jovens estão cada vez mais, e por um tempo cada vez maior, sujeitos às informações desse ambiente e, portanto, formam-se e constituem-se como seres sociais também no ciberespaço.

A figura dessa situação pode ser compreendida como um *Príncipe Eletrônico*,

uma das mais notáveis criaturas da mídia, isto é, da indústria cultural<sup>6</sup>. Trata-se de uma figura que impregna amplamente a Política, como teoria e prática. Impregna a atividade e o imaginário de indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais, nações, e nacionalidades, em todo o mundo. Em diferentes gradações conforme as peculiaridades institucionais e culturais da política em cada sociedade, o príncipe eletrônico influencia, subordina, transforma ou mesmo apaga partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião, legislativo, executivo e judiciário. Permanente e ativo, situado e ubíquo, visível e invisível, predomina em todas as esferas da Política, adquirindo diferentes figuras e figurações, segundo a pompa e a circunstância. (IANNI, 2001, p. 21)

Sendo assim, cabe aqueles que lutam pela alteração da ordem social vigente, pautada na exploração do trabalho e na alienação do ser humano, atentar para a crescente importância do ciberespaço e da Internet. Justamente por isso, mobiliza-se, na próxima seção, a concepção gramsciana de *hegemonia*, ferramenta teórico-prática considerada essencial para lidar com essas novas temáticas.

## HEGEMONIA E ESPAÇOS DE DIFUSÃO DA HEGEMONIA NO CIBERESPAÇO

Partindo do argumento da importância crescente do ambiente cibernético como espaço de formação social e humana, temos na obra gramsciana um importante

---

usassem a Internet pelo menos uma vez por dia (novamente, esse número cai para 71% para crianças e adolescentes das “classes de consumo” “D” e “E”, dados disponíveis em: <<http://cetic.br/pesquisa/kids-online/>>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

<sup>6</sup> Apesar de corroborar a interpretação de Ianni sobre a dinâmica do “Príncipe eletrônico”, não se considera aqui as formulações presentes no conceito de “indústria cultural”, dada sua incompatibilidade teórico-metodológica com a formulação gramsciana. O conceito de indústria cultural implica numa situação-limite que não condiz com a proposta de elevação dos subalternos presente em Gramsci e, portanto, implicaria uma teorização eclética, patologia metodológica (OLIVEIRA FILHO, 1995) que tentamos, ao máximo, dirimir.

apoio teórico para compreender os impactos desse fenômeno. Um dos termos centrais da reflexão de Gramsci, a hegemonia, assume diferentes significados ao longo de sua obra. De modo geral permite desnudar o estado de balanço entre força e consenso presente na manutenção do “estado das coisas” nas sociedades capitalistas desenvolvidas (que Gramsci chamaria, a partir de uma metáfora espacial, de *Ocidentais*).

Num Estado cuja sociedade civil apresenta maior “florescimento”, isto é, apresenta desenvolvimento maior, com a proliferação de associações, clubes, jornais, escolas, novas igrejas e seitas, aparentemente apartadas do controle estatal, opera-se a difusão da concepção do mundo da classe dirigente por meio dos ambientes dessa sociedade civil. Tais ambientes se convertem em bastiões, ou melhor, em trincheiras e casamatas que defendem a própria visão do mundo das classes dirigentes (GRAMSCI, 1975, pp. 865-867, pp. 1565-1567), isto é, da burguesia e de seus representantes intelectuais. Sendo assim, o capitalismo teria nesses novos espaços de socialização um suporte de extrema importância, pois garantiriam a manutenção da exploração do trabalho humano mesmo em situações catastróficas, como em graves crises econômicas (idem, pp. 1613-1616).

Isso porque a hegemonia opera na própria mente dos homens, cria uma dupla consciência, ou ainda, uma consciência contraditória. O “homem das massas”, numa situação real de subalterno pensa, mesmo que de forma compósita e desagregada, com recursos das classes dirigentes, vê a realidade a partir de uma concepção do mundo, uma visão de “como as coisas devem ser” que não é sua – e que nunca poderá ser! – pois pertence aqueles que o exploram (GRAMSCI, 1975, pp. 1375-1395). Os *aparelhos privados de hegemonia* (idem, p. 801), categoria de Gramsci para lidar com essas associações de caráter civil, estão apenas aparentemente desconectados do Estado, aparência que se desnuda ao mostra-los como difusores da mesma concepção do mundo que opera no aparato estatal. Esse processo, como é característico da análise gramsciana, possui sua própria historicidade e remete à própria constituição dos estados modernos – processo crucial para o desenvolvimento do capitalismo.

Portanto, a burguesia em sua luta com o velho regime feudal criou a si própria, isto é, operou num movimento que criou sua própria história, com seus heróis e datas comemorativas, suas próprias justificativas teóricas e filosóficas. É importante destacar que esse processo não é unívoco e linear, uma vez que a totalidade social remete a uma situação dinâmica, de constante embate entre as classes e grupos sociais. Sendo assim, a manutenção da direção, o status hegemônico, depende também de concessões às outras partes da totalidade social (GRAMSCI, 1975, pp. 1822-1824), isto é, da paulatina e restrita incorporação de certos interesses das demais classes e grupos sociais ao projeto dirigente. A classe dirigente, com esses movimentos, “universaliza-se” para o restante da sociedade, incorporando, apenas no nível econômico-corporativo, algumas demandas

das demais classes dentro de sua concepção de mundo, torna-se representante da totalidade social, portadora de seus anseios e desejos<sup>7</sup>.

Em síntese, no seu processo de constituição enquanto classe dirigente a burguesia molda não somente as relações sociais de produção, mas também toda uma justificativa ideológica para sua existência, isto é, cria uma concepção do mundo (GRAMSCI, 1975, pp. 756-758), que influi não somente nos livros de história e nos jornais, mas até mesmo na arquitetura, nos nomes de ruas e na caridade (idem, pp. 332-333, 1714-17415). O desenvolvimento do capitalismo opera, assim, não apenas na sua expansão material, mas também em sua expansão ideológica, que condiciona as próprias subjetividades, a totalidade social, de modo mais ou menos sistemático. Esse movimento foi perscrutado por Gramsci, visando à compreensão das relações sociais condicionantes para a formação de um sujeito coletivo e de uma vontade coletiva, pautada na experiência dos subalternos (LIGUORI, 2007, pp. 78-98).

Tal quadro, que poderia parecer desalentador ao mais otimista dos revolucionários, não implica de modo algum fatalismos para Gramsci. Isso porque, sob a burguesia, a hegemonia nunca é completa. Apenas uma concepção do mundo realmente pautada no subalterno, uma concepção do mundo gerada a partir do próprio processo de constituição do subalterno como classe (e assim, superando a subalternidade) é capaz de dirimir a dupla consciência, o estado contraditório entre a atividade material e o pensado, que perdura nas massas.

Sendo assim, cabe ao revolucionário uma luta tanto por espaços pelos aparatos privados de hegemonia quanto pela criação de espaços genuinamente fundados na experiência de formação dos subalternos<sup>8</sup>. Uma luta difícilíssima, nos precaveu Gramsci, dado que nesse campo a burguesia tem alguns séculos de vantagem, séculos que ajudaram a sedimentar – sempre num padrão composto e desagregado, nunca numa perspectiva monolítica e estável – suas ideias na cabeça dos subalternos. Hoje, sob rígidos ataques do neoliberalismo, atual ideologia dominante entre as classes dirigentes, os movimentos sociais, organizações fundamentais no processo de formação da consciência de classe, precisam atuar não somente no mundo material, mas também nesse novo ambiente *virtual*, que a despeito da novidade, mostra-se igualmente importante no embate de hegemonias.

<sup>7</sup> A citação a seguir, apesar do tamanho, é representativa do que se disse até agora. No célebre parágrafo 17 do caderno 13, que trata das *relações de forças*, Gramsci aponta sua compreensão do processo de universalização da concepção do mundo da classe dirigente para o resto da sociedade: “O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesse gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico.” (GRAMSCI, 2007, p. 41-42)”

<sup>8</sup> Temos aqui uma alusão à categoria de *guerra de posições* gramsciana.

## A HEGEMONIA NO CIBERESPAÇO

Do mesmo modo que no ambiente material, não se pode desconsiderar que o processo de desenvolvimento do capitalismo e da concepção de mundo das classes dirigentes, processo que é dinâmico e, claramente, correlato entre as partes, influenciou também a formação do ambiente cibernético. Recuperando o exposto em Kiggins (2014), a própria expansão da Internet servia como plataforma de exportação dos ideais estadunidenses. Portanto, a visão unívoca da Internet provendo apenas mais liberdade, mais informação e maior capacidade de mobilização deve ser ponderada com a visão crítica de que aí também operam aparelhos privados de hegemonia<sup>9</sup>.

Por mais que a virtualização, como já demonstra Lévy, seja um processo intrinsecamente ligado ao desenvolvimento humano, a forma concreta pela qual esse processo ocorre é determinada pela totalidade social. A técnica não é neutra (!), já advertia Gramsci no Caderno 22 (GRAMSCI, 1975). O ciberespaço, e a Internet, não podem ser dissociados da realidade material, do sistema socioeconômico que os geraram, o capitalismo.

Esse pressuposto teórico permite observar a realidade da Internet de forma coerente com a luta dos subalternos. Assim, na *web* existem espaços de difusão da hegemonia capitalista; não é surpresa que os *sites* de notícias mais acessados sejam as versões digitais das grandes corporações midiáticas do mundo material, que se aproveitam de seus enormes recursos para manter sua dominação também no mundo virtual (GOÉS, 2007). Hoje a procura por informações, plasmada no século XXI pelos *buscadores* (Google, Yahoo, Bing) está sujeita a uma hierarquização diretamente ligada aos lucros que essas empresas ganham pelos anúncios. Além disso, a busca, compilação e visualização da informação pelo usuário acontece a partir de um código, o algoritmo, cujo formato é propriedade dessas grandes empresas.

Pode-se ir além nos exemplos. As *redes sociais* – que também obedecem aos padrões mercadológicos do lucro via anúncio – também são organizadas por códigos proprietários e, claramente, também refletem em certa medida a concepção de mundo das classes dirigentes. Casos como a proliferação de *fake News* e políticas de conteúdo nebulosas, acabam por tornar esses espaços difusores de desinformação, de preconceitos e do conservadorismo burguês. Isso sem mencionar o *marketing direcionado*, possível

---

<sup>9</sup> Cabe aqui especificar o argumento. Dada sua natureza multidimensional é possível chegar a compreensão “ciberespaço como ambiente sujeito à hegemonia” por diversos caminhos. Cumpre especificar que a mirada adotada pondera não somente a enorme *influência subjetiva* que as TICs possuem na contemporaneidade, mas também sua dimensão econômica, produtiva. Uma vez que a hegemonia tem seu fundamento principal nas relações sociais de produção, não se pode deixar de considerar a relação que as TICs e demais tecnologias de informática possuem com o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, pautado pela ideologia burguesa do *neoliberalismo*, marcado pela redução extrema dos custos de operação e gestão, deslocalização da produção e predomínio relativo das finanças, em síntese com o capital industrial, como atividade de valorização do capital. Os recentes movimentos em direção a uma “economia digital” também são momentos dessa mesma hegemonia.

graças a uma coleta incessante de informações sobre os usuários, desde seus gostos e preferências até os locais que já visitaram ou os itens que pensam comprar; tudo é coletado, tudo é processado e tudo é utilizado para oferecer um produto específico para um “consumidor”, este também cada vez mais específico.

A discussão pode se aprofundar ainda mais, a um nível mais abstrato, mas igualmente importante. A própria interface, isto é, a representação visual dos códigos que acontecem nos processadores das máquinas (abrir uma “janela” da internet, digitar um texto, enviar uma mensagem via celular, abrir um vídeo em determinado *app*, etc.) é “propriedade” de grandes corporações, isto é, *software proprietário*. O caso mais emblemático, o *Windows*, é um código que determina, desde o premir do botão *on*, como um ser humano vai interagir com um computador em 78,43% dos casos no mundo<sup>10</sup>. Isso sem falar em *Apple* e *Alphabet* (Google), empresas que determinam, também com *softwares proprietários*, como um usuário utilizará seu celular. Tudo isso sem transparência e orientado pelo lucro.

Todavia, apesar do desanimador panorama, nem tudo está perdido. Há no mundo virtual, como também existe no mundo material, espaços alternativos, de resistência, que procuram uma nova hegemonia também nesse novo ambiente. A próxima seção procurará trabalhar justamente com eles, apresentando suas principais características e desafios.

## OS ESPAÇOS ALTERNATIVOS

Em seus anos iniciais a Internet sofreu a influência não somente do programa militar estadunidense ARPANET, mas também do ambiente acadêmico e de comunidades de “entusiastas” dessas novas tecnologias. Foram essas influências que determinaram em muito a arquitetura básica da rede (códigos, protocolos de troca de informações, etc.) que prezava, na época, mais pela conectividade do que por preocupações com “segurança”. Sendo assim, cabe destaque aos pioneiros desse novo mundo, que em parte pensavam numa internet livre, apartada dos controles estatais e aberta à liberdade expressão e comunicação entre os povos e classes sociais.

Dentre esses “entusiastas”, destacamos os diversos grupos de usuários dedicados a formação de uma internet livre e alternativa aos produtos tecnológicos das grandes corporações. Um grande exemplo, é a comunidade que desenvolve os chamados *softwares livres*, programas de computador cujo código proprietário é aberto, ou seja, não é comercializado e, além disso, pode ser alterado por qualquer usuário que saiba como fazê-lo.

<sup>10</sup> Dado disponíveis em: <<http://gs.statcounter.com/os-market-share/desktop/worldwide>>. Acesso em: 17 de jul. 2019.



Dentre esses, merece destaque o GNU, sistema operacional criado por Richard Stallman em 1983 e que hoje serve de base para outros sistemas e programas<sup>11</sup>. A visão por detrás dessas iniciativas é a cooperação livre, entre usuários que em conjunto e em “comunidade” aperfeiçoam os códigos, tornando-os publicamente disponíveis. Para que outros sujeitos possam, por meio deles, ampliar seus conhecimentos, “emancipando-se como cidadão na era da informação, criando oportunidades e libertando-se de monopólios” (OGAWA, ARRUDA, 2012, p. 438)<sup>12</sup>.

Cabe mencionar ainda dois exemplos de espaços alternativos. Com a ascensão das *redes sociais* e sua obtusa relação com os dados dos usuários, ampliou-se a consciência sobre espaços não submetidos à lógica de coleta extensiva de dados pessoais para o marketing direcionado. Surgiram redes sociais “alternativas” que prezam pela privacidade dos usuários. Estas geralmente possuem seu código fonte aberto e ao mesmo tempo permitem interações com outras pessoas – sem a vigilância de grandes empresas de tecnologia. Dentre esses exemplos<sup>13</sup>, podemos citar GNUsocial (<https://gnusocial.no>) e diaspora\* (<https://diasporafoundation.org/>).

Por fim, mas talvez o mais importante, destaca-se o crucial papel da *mídia alternativa*, isto é, os inúmeros blogs e sites que, mesmo em meio à dominação das grandes corporações de notícias, lutam por difundir posições que informam o mundo não desde o ponto de vista burguês (dirigente), mas desde a perspectiva do trabalhador, do subalterno. São sites cruciais na formação da concepção do mundo pautada nos subalternos, seja na informação cotidiana e na mobilização, como os sites de movimentos sociais, seja na difusão teórica. Diversos estudos no campo da Comunicação debatem o papel das mídias alternativas em seu embate cotidiano com as corporações de notícias<sup>14</sup>,

<sup>11</sup> No *site* do GNU, lê-se a seguinte definição: “Por ‘software livre’ devemos entender aquele software que respeita a liberdade e senso de comunidade dos usuários. Grosso modo, isso significa que **os usuários possuem a liberdade de executar, copiar, distribuir, estudar, mudar e melhorar o software**. Assim sendo, “software livre” é uma questão de liberdade, não de preço. Para entender o conceito, pense em “liberdade de expressão”, não em “cerveja grátis”. Por vezes chamamos de “libre software” para mostrar que livre não significa grátis, pegando emprestado a palavra em francês ou espanhol para “livre”, para reforçar o entendimento de que não nos referimos a software como grátis [*free* em inglês]”. Essa e outras informações estão disponíveis em: <<https://www.gnu.org/>>. O código base do GNU é utilizado hoje numa miríade de Sistemas Operacionais, chamados de *distros*. Cabe ainda especificar, não podemos confundir o *software livre* (*freelibre*) com o *software aberto* (*open*), uma vez que este não se pauta nas mesmas visões anti-mercadoológicas do *software livre*, para mais informações recomenda-se a tese de Evangelista (2010).

<sup>12</sup> A arguta tese de Soares (2015) posiciona o caso do *software livre* como uma das contradições centrais do capitalismo contemporâneo (pautado na “economia digital”). Isso porque esses programas prescindem de um recurso essencial ao sistema – a propriedade privada – ao mesmo tempo que apresentam resultados muitas vezes superiores aos softwares proprietários.

<sup>13</sup> Tal relação é longe de exaustiva. Novos projetos de redes sociais surgem periodicamente, todos buscando dirimir os problemas encontrados nas grandes corporações de redes sociais, como o *Facebook*.

<sup>14</sup> Além do já supracitado caso de Silva (2014) sobre o histórico do desenvolvimento do Google e suas movimentações em direção à constituição de um monopólio informacional global, são pertinentes análises como a de Teixeira (2016) que foca em dois *sites* de notícias “Outras Palavras” e “O Corvo” para explorar os impactos da mídia alternativa, bem como seus desafios no que tange ao financiamento e expansão. Cavalcanti (2013) também refletiu sobre a importância das mídias alternativas e sua relação de embate com a indústria cultural.

fundamentando a importância desses ambientes na perseguição de uma hegemonia alternativa àquelas dos dirigentes (MORAES, 2010)<sup>15</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dizia-nos Gramsci que a hegemonia é uma relação pedagógica, presente não somente no âmbito escolar, mas em todos os âmbitos da vida social (GRAMSCI, 1975, pp. 1330-1332). Sendo assim, por que não pensar o ciberespaço, a Internet, e sua grande capacidade de formação e mobilização como mais um espaço de hegemonia? Nesse ambiente virtual, mas nem por isso menos real, ideias e informações são criadas, transmitidas, alteradas, discutidas, reformuladas, retransmitidas, rediscutidas...

Como pontua-se na introdução, a maioria das visões apresentadas já compõem o debate sobre as novas tecnologias e seu impacto social, pelo menos desde a década de 1990. Dentro do campo de estudos das comunicações, muito se produz sobre a importância e o impacto que as TICs (e principalmente a Internet) trouxeram para a contestação da informação mercantilizada, a democratização das mídias e a possibilidade de alternativas à hegemonia dirigente. De modo semelhante, o movimento do *software livre* (*free/libre*) é acompanhado por entusiastas e acadêmicos desde as décadas de 1980-1990, como uma alternativa às grandes corporações de tecnologia.

Nesse sentido, a principal conclusão deste artigo é apontar a *complementaridade* dessas duas lutas para os movimentos sociais. As mídias alternativas e o movimento do software livre apresentam-se como poderosas ferramentas a serem utilizadas pelos movimentos sociais em sua luta pela hegemonia, agora também no novo espaço cibernético. Articular a já grande capacidade de mobilização que os movimentos sociais possuem, isto é, sua capacidade de organizar e aglutinar pessoas numa luta em conjunto, seja em protestos, seja em reuniões, com uma consciência e atuação mais coerentes no campo virtual, em relação à mídia alternativa e ao *software* livre pode ser um caminho proveitoso nessa difícil *guerra de posições*, cujo capitalismo contemporâneo empurra-a tanto para o mundo *off-line* quanto para o mundo *online*.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G.; MARTINEZ, V. (orgs.) **Dialética do ciberespaço**. São Paulo: Práxis, 2002.

BRESCIANI, Alex Antonio. **Sociedade em rede: faces virtuais da ideologia capitalista do século XXI**. 2007. 171 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2007.

<sup>15</sup> Tais ações significam “desenvolver batalhas permanentes por uma comunicação plural e não oligopolizada, no quadro geral das lutas por outra hegemonia, fundada na justiça social e na diversidade” (MORAES, 2010, p. 75)

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1) Trad: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAVALCANTI, M. A. de P. **INDÚSTRIA CULTURAL E CIBERCULTURA – APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DE CONCEITOS E PRÁTICAS NA CONTEMPORANEIDADE**. **Periferia**, v. 4, n. 2, pp. 111-130, 2012.

CHAMPANGNATTE, D. M. DE O.; CAVALCANTI, M. A. DE P. Abordagens conceituais sobre o cenário midiático contemporâneo: das Indústrias Culturais às Redes Digitais. **Revista de Estudos de Comunicação**, Curitiba, v. 15, n. 38, pp. 338-352, 2014.

CHOUCRI, Nazli. **Cyberpolitics**. Cambridge/Londres: The MIT Press, 2012.

COELHO, M. A. **Entrevista Pierre Lévy. Roda Viva**. São Paulo, TV Cultura, 8 jan. 2001.

EVANGELISTA, R. de A. **Traidores do movimento: política, cultura, ideologia e trabalho no software livre**. 250f. Tese (Doutorado) – Campinas: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2010.

FERRARI, T. A ESFINGE DO CIBERESPAÇO. **Projeto História**, n. 34, p. 271–287, 2007.

FERREIRA, P. Brasil é o segundo país onde alunos passam mais tempo na internet na horas vagas. **O Globo**, 19 de abr. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-o-segundo-pais-onde-alunos-passam-mais-tempo-na-internet-nas-horas-vagas-21227360>>. Acesso em 20 de jan. 2018.

GOÉS, L. T. DE. **Contra-hegemonia e Internet: Gramsci e a Mídia Alternativa dos Movimentos Sociais na Web**. Anais do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais...** In: IX CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE. Salvador: 7 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/congresso/regionais/intercomnordeste.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2017

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 3. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Quaderni del cárcere**. Torino: Einaudi, 1975.

IANNI, Octavio. O príncipe eletrônico. **Cuestiones Constitucionales**, n. 4, janeiro-junho 2001, pp. 3-25.

KIGGINS, Ryan David. **US Leadership in Cyberspace: Transnational Cyber Security and Global Governance**, 2014. In: KREMER, Jan-Frederik; MÜLLER, Benedikt (Edit.). **Cyberspace and International Relations: Theory, Prospects and Challenges**. Berlin Heidelberg: Springer, 2014a, pp. 161-180.

KIM, S. **CAPITORGs AND FREE/LIBRE AND OPEN SOURCE SOFTWARE (FLOSS): TOWARD CRITICAL TECHNOLOGICAL LITERACY AND FREE/LIBRE AND OPEN SOURCE SOCIETY (FLOSS)**. **Educational Insights**, v. 10, n. 2, 2006, pp. 6-16.

KUEHL, D. From cyberspace to cyberpower: Defining the Problem, pp. 24–42, 2009. In KRAMER F., STARR, H., WENTZ, L. **Cyberpower and national security**, Washington (USA): Potomac Books Inc, 2009.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Trad: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

MANJIKIAN, Mary Mc Evoy. **From global village to virtual battlespace: the colonizing of the Internet and the extension of Realpolitik.** *International Studies Quarterly*, n 54, pp. 381-401, 2010.

MAYANS, Joan I Plannels. Ciberespaço – Notas para a utilização de um conceito analítico em Ciências Sociais, 2002. In: ALVES, G. & MARTINEZ, V. (orgs.) **Dialética do ciberespaço.** São Paulo: Práxis, 2002

MORAES, D. de. COMUNICAÇÃO, HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA: A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE GRAMSCI. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, pp. 54-77, 2010.

NYE JR, Joseph S. **Cyber Power.** Cambridge: Harvard Kennedy School, 2010.

OGAWA, R.; ARRUDA, R. A. DE. A CULTURA HACKER, O MOVIMENTO SOFTWARE LIVRE, AS REDES SOCIAIS E O TRABALHO ASSOCIADO. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 3, n. 2, p. 430-442, jul. 2012.

OLIVEIRA FILHO, J. J. DE. Patologia e regras metodológicas. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, p. 263-268, 1995.

PAYÃO, Felipe. 'Perdemos a internet para os capitalistas', diz cofundador do Pirate Bay. **Tecmundo**, 03 de ago. 2018.

SILVA, E. DOS S. **INTELIGÊNCIA COLETIVA SOB CONTROLE? A HEGEMONIA DO GOOGLE E SEU DOMÍNIO, APROPRIAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CIBERESPAÇO.** 116f. Dissertação (Mestrado) — João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2014.

SOARES, D. de Q. **INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PROPRIEDADE INTELECTUAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: o contraditório caso do Software Livre.** 215f. Tese (Doutorado) – São Luis: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2015.

TEIXEIRA, L. M. **A repercussão da Mídia Alternativa no Ciberespaço: estudo comparativo das páginas “Outras Palavras” e “O corvo”.** 142f. Dissertação (Mestrado) – Lisboa: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação – Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias da Universidade Nova Lisboa, 2016.

URQUIDI, V. F. D. **CIBERESPAÇO E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS.** *Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais...* In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador (BA), 1 a 5 set de 2002. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/22992900472590081477676090404547319595.pdf>> Acesso em: 25 de jan de 2018.

ZÍLIO, C. **Educação Pública e Opção pelo Software Livre nas Escolas Estaduais de Porto Alegre: um estudo sobre concepções de professores.** 151f. Dissertação (Mestrado) – Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2013.